

PSD p.2



Miguel Relvas na abertura do Congresso da JSD

Presidente p.3

Entrevista de Passos Coelho ao "Expresso" / "Única"

# POVO LIVRE



nº 1667

1 de Dezembro de 2010

Director: Miguel Santos  
Periodicidade Semanal - Registo na ERC  
nº 105690 - Propriedade: PSD

## "Os 'espertalhões' não terão guarida no PSD"



Pedro Passos Coelho encerrou o XXI Congresso da JSD

Opinião p.13

A corrida de Obstáculos

A. Nogueira Leite

Parlamento p.9

"O Governo não pode voltar a falhar"

Local p.10

PSD de Santo Tirso presta homenagem aos antigos dirigentes locais

## Congresso da JSD

- Miguel Relvas abre o Congresso
- Pedro Passos Coelho discursa no encerramento
- Duarte Marques é o novo presidente da JSD

O Congresso da JSD, que decorreu em Coimbra no passado fim-de-semana, elegeu a nova direcção nacional, com Duarte Marques na Presidência da organização de juventude do nosso Partido, por uma grande maioria sobre o outro concorrente.

Duarte Marques já era vice-presidente da JSD e sucede a Pedro Rodrigues, que liderou a organização nos últimos quatro anos (dois mandatos).

Duarte Marques, Director-Adjunto da Universidade de Verão do PSD, foi, durante alguns anos, funcionário superior, no sector de Informação, da nossa delegação no Parlamento Europeu, e nessa capacidade, aceitou desinteressada e dedicadamente o cargo de correspondente especial do "Povo Livre", por vários anos e com incedível dedicação. Desejamos-lhe, pois, a abrir esta notícia, as maiores felicidades no desempenho da presidência da Juventude Social Democrata.

A abertura do Congresso foi feita pelo Secretário-Geral e Porta-voz do PSD, Miguel Relvas, que lembrou os grandes serviços que a juventude social-democrata sempre prestou ao Partido, com a força da sua juventude e da sua iniciativa e salientou que sempre que a JSD



Portugal não pode prescindir para podermos sair verdadeiro abismo que é o deste cenário de crise com que somos confrontados", disse, ante os grandes aplausos e gritos de "JSD, JSD e PSD, PSD!" da assistência.

Já a anteceder a intervenção de Miguel Relvas, o presidente da Câmara de Coimbra, Carlos Encarnação, tinha afirmado que o congresso da JSD se inicia "numa altura em que o País já tem o problema resolvido, graças ao PSD, pelo menos o que se considerava o problema mais directamente vital, resolvido", aludindo à aprovação do Orçamento do Estado com a abstenção social-democrata.

"Já temos dinheiro, já há Orçamento. Mas o nosso grande e verdadeiro problema do momento (há outros,

há as dificuldades a caminho, graças à hipoteca que o PS fez do nosso futuro) é que não temos Governo. O engenheiro Sócrates ainda não percebeu uma coisa fundamental: é que este Governo que ele finge que lidera nunca existiu", declarou.

"Foi um engano, um embuste, um truque, o desde o princípio", sustentou Carlos Encarnação.

### Algumas ideias do novo Presidente da JSD

Duarte Marques, na sua intervenção destacou algumas das suas prioridades para o mandato que agora começa: o desemprego jovem é a bandeira fracturante que carece de primordial atenção na apresentação de propostas para o principal problema dos jovens.

A Educação virada para a aquisição de competências em vez dos números estatísticos, de qualidade e de exigência em vez da cosmética dos números e do facilitismo, foram tónicas dominantes no discurso do recém-eleito Presidente da JSD, que tem como mote para o seu mandato o resgate do futuro desta geração.

Pediu ainda ao PSD a apresentação de uma proposta, na Assembleia da República, através dos deputados da JSD, para que 2% do financiamento público dos partidos políticos seja necessariamente alocado à formação política dos seus quadros.

Também se congratulou por, no que concerne a proposta de revisão estatutária apresentada e que diz respeito à Revisão Estatutária da JSD, ter havido aprovação, obtendo a concordância da larga maioria dos congressistas.

### Passos Coelho avisa "espertalhões" que se colocam ao lado de quem "vai ganhar"

Pedro Passos Coelho foi o último a falar, fazendo o encerramento do Congresso, e o seu discurso de improvisado foi muitas vezes interrompido, por muitas palmas e vivas ao PS e a JSD.

O Presidente do PSD manifestou total abertura em

foi forte e que o Partido conseguiu chegar aos jovens, ganhou eleições.

"Sempre que o PSD conseguiu chegar aos jovens, o PSD teve sucesso, ganhou as eleições", disse Miguel Relvas.

Na sessão, perante uma plateia de cerca de 300 delegados, o Secretário-Geral e Porta-voz dos social-democratas lembrou o papel da JSD na primeira maioria absoluta de Cavaco Silva, em 1987.

"Foi o motor mobilizador, o motor de arranque para a grande vitória", sustentou.

Para Miguel Relvas, a capacidade do PSD em se constituir como alternativa ao PS e apresentar "um projecto de mudança" para Portugal "necessita do apoio e da convicção" dos jovens portugueses.

"O PSD não é uma oposição do bota-abaixo. É a alternativa não-socialista que Portugal hoje não somente precisa, como exige, a alternativa não socialista de que





fazer da educação competente e sem facilitismos, uma bandeira do PSD. Destacou a autonomia e a qualidade da intervenção da JSD ao longo dos últimos 4 anos, no mandato do Presidente cessante da JSD, Pedro Rodrigues e endereçou cumprimentos, desejando “boa sorte” aos novos órgãos da JSD, particularmente à equipa por Duarte Marques.

Mas o Presidente, no momento do encerramento do Congresso da Juventude Social Democrata, não deixou de lançar uma mensagem de aviso aos “falsos amigos”, frisando que “os espertalhões que sabem colocar-se, na hora certa”, ao lado de quem “vai ganhar”, “não terão guarida, nem complacência” por parte do nosso Partido.

“Não queiram ver nisto, mais uma vez, um acertar de contas partidárias”, pois, “não é de partidos que falamos”, afirmou o presidente do PSD.

Quem é competente, garantiu, “pode ter qualquer orientação partidária” e pode “servir o país” tanto no sector público como no privado, referiu.

“Não é isso que está em causa, mas não vale a pena andarem à procura de convicções ou de falsas convicções partidárias” para se servirem a si próprios, “como muitas vezes observamos na nossa sociedade”, advertiu.

“Não há postos adquiridos para todo o sempre”, disse ainda o líder social-democrata quando deixou a “nota” - “com simplicidade e sem pretensão”, como sublinhou -- a “todos aqueles que começam a mexer-se depressa, antes que o tempo de mudança chegue”.

Além disso, garantiu, “quando chegar a hora da mudança, ela não será feita só para a frente, nós teremos o cuidado também de corrigir injustiças que vêm de trás”.

Haverá um tempo em que “quem de direito pedirá responsabilidades pela situação a que chegamos”, disse, noutra momento da sua intervenção, Passos Coelho. “Esse dia” não será, no entanto, de “desforra”, nem para “nos vingarmos daqueles que decidiram mal”, frisou.

“Não é para “nos vingarmos daqueles que decidiram mal”, frisou o presidente social-democrata, repito, mas para ver onde houve erro e não mais os repetir!”

“Não se esqueçam que temos de percorrer um caminho de dificuldades”, resultantes dos “últimos 15 anos de inconsciência e de irresponsabilidade”.

Serão necessárias pelo menos “duas legislaturas para invertermos o que nestes 15 anos foi feito de errado”, afirmou, lamentando não ter, “infelizmente, condições para amenizar” esta previsão.

Mas se “vamos passar por grandes dificuldades, por grande racionamento nas condições de financiamento, em algumas áreas até de penúria”, então “ façamos esse caminho com um sentimento de justiça, com um sentimento de ética sobre o presente e para o futuro”, defendeu.

“Temos de dizer” a “todos aqueles que hoje e no futuro vão pagar a factura dos erros do passado” que “vai valer a pena”, sublinhou.

Só vale a pena, no entanto, “quando não há derrota, quando combatemos a corrupção, quando permitimos que acedam aos melhores lugares quem presta melhores provas e não quem tem os melhores amigos” ou os “espertalhões que “sabem colocar-se na hora certa” ao lado de quem vai ganhar.

Mas esses, os “espertalhões”, repetiu Passos Coelho “não terão guarida, nem complacência do lado do PSD”, garantiu. – Fontes e fotos: Lusa e Correspondente do PSD

## Entrevista de Pedro Passos Coelho à revista “Única” do jornal “Expresso”

O Presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, foi entrevistado para a “Revista Única”, do semanário “Expresso”, pela jornalista Clara Ferreira Alves, entrevista que foi publicada na edição de Sábado passado do maior Semanário de Portugal.

É uma entrevista longa e interventiva, iluminando os aspectos relevantes da acção política do líder social-democrata, por uma entrevistadora que, embora sem agressividade declarada, “descalçou as luvas” e não poupou o entrevistado a qualquer tema controverso.

O “Povo Livre”, cumprindo a sua missão de ser “a memória escrita do PSD”, leva nesta edição de 1º de Dezembro, aos militantes e outros leitores, o texto da entrevista, por gentileza do “Expresso” e de Clara Ferreira Alves, que agradecemos. – A Redacção



«Não almoçámos. Não houve tempo. Pedro Passos Coelho mandou vir uma sanduíche antes do seu compromisso seguinte, atrasado. Horas de conversa em que respondeu a tudo, com uma serenidade que faz com que os traços do rosto nunca se alterem. Um estilo fleumático que esconde uma determinação subestimada por adversários e por correligionários.

Sabe bem o que quer e está preparado para ser Primeiro-Ministro. Nas entrelinhas, vai dizendo muita coisa para quem souber ler. Foi ele que atendeu o telefone, devolveu as chamadas, os SMS, respondeu ao mail, e que abriu a porta do seu gabinete na sede do PSD, à São-Caetano. Um gabinete que parece ter sido ocupado há mais tempo do que foi. Sem assessores nem legiões de secretárias, só o vi a ele.

O telefone tocou duas vezes, uma delas era a mulher, discutindo agasalhos para a noite fria noutra cidade do País. Se governar Portugal, governará um país pobre e vulnerável, à mercê dos ventos da crise financeira. Pedro Passos Coelho não quer apenas governar, quer mudar Portugal. É um homem tranquilo. E afirma que tem as mãos limpas.

Existe uma forte probabilidade de vir a ser primeiro-ministro. Existe também a probabilidade de vir a ser um primeiro-ministro assombrado pelo Fundo Monetário Internacional. Se Portugal vier a precisar de recorrer ao Fundo de Estabilização Europeu ou ao Fundo Monetário Internacional (FMI), essa ajuda que vier a obter vai prolongar-se por quatro a seis anos, nunca menos. Espero ser primeiro-ministro fora de um quadro desse tipo. E acredito que podemos resistir a essa situação. Por duas razões. Primeiro, temos condições de execução

orçamental aprovadas este mês que podem dar alguma confiança aos mercados. E, segundo, a nossa banca mantém-se saudável, o que não aconteceu à Irlanda. Faremos o que for preciso para evitar aquela situação extrema, mas se não for suficiente cá estaremos para o que for necessário. O pior que pode acontecer a um país é ficar sem soluções — e não podemos diabolizar uma das soluções se não formos capazes de resolver os nossos problemas».

### Trabalharia com o FMI?

Trabalharei com o FMI se for essa a forma de ajudar o país. Para isso é que Portugal faz parte do FMI.

### Está optimista ou pessimista?

Realista e preparado para tudo. Dentro do PSD tomámos as decisões que eram recomendáveis. Não sou nem nunca fui defensor da política da terra queimada. Quanto pior melhor.

### O que é que na sua biografia política, que é longa, o preparou para ser primeiro-ministro na circunstância política, financeira, económica e social mais difícil da nossa história recente?

São muitas perguntas numa. Comecei a levar a sério a hipótese de me candidatar à liderança do PSD há pouco tempo. A minha relação com a política é antiga, começou formalmente a partir dos meus 14, 15 anos. Aos 16 era dirigente nacional da JSD e do PSD. Era conselheiro nacional do PSD. Foi antes de o Dr. Sá Carneiro ter morrido, estávamos a dois meses das presidenciais.

### Era um Sá-Carneirista? Foi ele uma das razões porque quis ir para o partido ou foi a social-democracia?

As duas coisas. O percurso do Dr. Sá Carneiro e a sua visão, muito alimentada pelo exemplo do partido social-democrata sueco. Do Olof Palme. Claro que ele teve uma importância grande na minha adesão ao PPD. Acho que me inscrevi ainda com 14 anos.

**Donde vem esse interesse pela política? Era uma coisa de família? Lia muitos livros políticos? Foi apanhado pelo 25 de Abril?**

Foi anterior. Em África, em criança, tinha muito interesse nas conversas em que o meu pai participava com pessoas que desempenhavam funções com relevância provincial, o governador, o intendente... Pessoas com responsabilidade na administração pública. Eram conversas bastante livres, em 71, 72, 73, em Angola. Desde os sete ou oito anos assistia com interesse às conversas no palácio do governador e noutros lugares.

**O seu pai era funcionário colonial?**

Não, mas tinha responsabilidades no sistema de saúde. Foi para Angola dirigir um serviço novo na área da Pneumologia. Em Luanda. E enquanto esse serviço não esteve pronto fomos desviados para o Bié, onde ele dirigiu um serviço de luta contra a tuberculose. E lá acabámos por viver três dos quatro anos africanos. Ele foi mais cedo para Luanda.

**Era um homem do regime? Contra o regime?**

O que recordo do meu pai é que ele era um livre-pensador com distância em relação às coisas. E referia-se ao regime, na presença de outras pessoas, com independência. Tinha uma visão bastante crítica do que se passava e do processo colonial. Não era um militante político. Depois do 25 de Abril desempenhou funções políticas, foi dirigente do PSD em Vila Real de Trás-os-Montes.

Angola era um lugar de grande agitação política. Discutia-se a sobrevivência do regime. Há um caldo de cultura política que ajuda, mas não entrei na JSD pela mão do meu pai. A minha aproximação à JSD foi bastante lúdica.

Num ano não tivemos férias de verão fora de Vila Real e morria-se de tédio. Não havia praia e naquela altura ainda não havia piscina. Tínhamos de ir a Pedras Salgadas ou Vidago numa locomotiva a vapor para poder ir à piscina. Nesse verão conheci pessoas ligadas ao PSD, colegas de liceu, que organizavam uns campeonatos de cartas.

E foi assim que se criaram relações pessoais. Vem, inscreve-te, entra. E entrei. Nesse tempo, um ano ou dois de diferença fazem grande diferença na abordagem das coisas. E o Dr. Sá Carneiro não deixava ninguém indiferente, havia quem gostasse e quem odiasse — e eu gostei. Eu era muito empenhado, não distribuía só propaganda, fazia comícios, sessões de esclarecimento. Para encurtar, a política para mim é um processo relevante da organização da sociedade. E o meu gosto por ela é antigo. Durante uns anos estive muito envolvido e houve períodos longos em que estive muito distante.

Acabei por estar duas legislaturas no Parlamento como deputado, e essa foi a relação profissional mais



longa que tive com a política. De 91 a 99. Os primeiros quatro anos como presidente da JSD e os outros fora da JSD. E fui vice-presidente da bancada. É muito tempo.

Tinha interrompido, por razões exteriores à política, os estudos universitários, na década de 80, e a política depois não me permitiu retomar a universidade. Precisa-se disso. Não queria ser deputado por empréstimo, para assinar o livro ao final do dia.

**Voltou à universidade. Acabou Economia.**

Voltei. Já em 95 me tinha inscrito em Economia. Consegui antecipar o congresso da JSD para sair mais cedo, porque estava saturado e queria apanhar o início do primeiro semestre de aulas. Consegui que o Dr. Fernando Nogueira antecipasse o congresso. Mas veio o Marques Mendes e uma insistência em que ficasse no Parlamento e fiquei. O centro do poder tinha mudado, o PSD estava na oposição. O PSD entrou para o poder em 79 e só saiu em 95. Esteve continuamente no poder. Pelo meio ficou uma candidatura à Câmara da Amadora, em 97, e na sequência, o afastamento do Parlamento. Candidatei-me pela primeira vez à liderança do PSD há três anos. Tinha tido um regresso episódico com o Dr. Marques Mendes em 2005 e demiti-me menos de um ano depois. Estava longe de pensar que voltaria à política desta maneira. Houve uma sucessão de imprevistos.

Podia dizer, como Durão Barroso, que sabe que será primeiro-ministro, só não sabe quando. Esteve com ele quando ele atacou Marcelo Rebelo de Sousa por causa da aliança com Paulo Portas? Ele ficou com a frase tatuada.

Não estava com ele. Apoiei o Marcelo.

**E concordava com essa AD? Pareceu-me importante a proposta que apresentou, conseguir a Alternativa Democrática, por similitude com a Aliança Democrática de Sá Carneiro.**

Havia um grande desgaste dos partidos e, face à desconfiança, havia necessidade de uma força maior do que a que pudesse resultar dos votos. Era preciso uma solução forte e Marcelo bateu-se por ela. E ninguém tinha uma estratégia melhor. Essa solução desfez-se antes de ter existido. E foi nessa altura que Durão Barroso apareceu com a autoridade de se ter oposto à solução. Embora eu achasse que era uma posição conjuntural, visto que ele próprio a adoptou. A AD era má porque não era ele a propô-la. E veio propô-la mais tarde quando percebeu que precisava dela para governar. O que tornava o PSD refém do CDS/PP. Acha que a situação se mantém?

Temos hoje uma situação difícil e complexa. Não bastará uma solução aritmética para governar. O Governo pode ter uma maioria parlamentar e essa maioria não representar uma vontade de mudança do país. Os partidos que ganham as eleições quando os governos as perdem não levam programas verdadeiramente renovadores, levam uma válvula de escape. No nosso caso não precisamos apenas que as pessoas que estão cansadas do Partido Socialista escolham um partido diferente. É preciso que saibam o que vão escolher. Vamos ter de fazer durante anos um caminho de recuperação difícil que exige uma força política e ética forte e uma adesão das pessoas. E isso pode exigir mais do que o esforço de um partido.

A política tem agora uma exposição pública, devido à Internet e aos diferentes media, que implica uma devassa constante. A propaganda e a contrapropaganda têm uma velocidade viral e as respostas têm de ser controladas ao segundo. E vai ter de medir-se no ringue com um político que está habituado a aguentar uma violência inimaginável e a sobreviver a ataques, campanhas e ódios. Um político duríssimo, conforme se ache isto um defeito ou uma qualidade. José Sócrates. Espera-o um combate corpo a corpo, a personalização da política.

Há aspectos subjectivos que podem determinar a sorte da eleição. Ainda bem. Não votamos puramente em ideias, senão elegíamos livros para governar. Dito isto, julgo que em Portugal se tem confundido o debate político com o debate pessoal. Não tenciono fazer esse debate com José Sócrates ou com quem vier a disputar as próximas eleições pelo Partido Socialista.

Não é o meu género: agora nós, ou tu ou eu, vamos ver qual de nós é melhor! Não tenho dúvida de que o



Partido Socialista não teria feito este mandato e este Governo se o primeiro-ministro fosse outro. As pessoas deixam a sua marca. Se olharmos para as decisões dos últimos seis anos, mais as decisões do PS com Guterres, se somarmos estes anos todos e apurarmos quanto da situação em que estamos hoje se deve ao PS, vemos que devemos muito e mal.

José Sócrates será julgado pelo seu carácter político e pelas decisões que tomou. Até como secretário de Estado e ministro de Guterres. Essa herança é vista pelas pessoas e José Sócrates terá de responder por ela. O nível de dívida, o alastramento do Estado paralelo, o Estado gordo que foi crescendo à custa dos impostos pagos pelos contribuintes e que não teve retorno social, visto que engordou e os serviços que presta são basicamente os que prestava há 10 ou 12 anos. Vai ter de responder por essa ideia muito socialista de que o Estado por natureza é bom e a melhor solução é 'pôr a canalha privada no sítio'.

**José Sócrates foi um bom amigo do que chama 'canalha privada'...**

A ideia esteve sempre presente nos mandatos socialistas. Apesar da sobreposição de áreas públicas e privadas, esteve sempre a ideia de que havia privados mais amigos do Estado do que outros. Já com Guterres foi assim e agora foi mais. Prejudica o clima básico de concorrência que devia existir entre privados, onde o Estado devia intervir como legislador e como árbitro. É o desvio socialista, o de achar que o Estado pode escolher os seus parceiros classificando-os de melhores ou piores.

**Disse várias vezes que quer tirar o Estado dos negócios. Em Portugal, com a tradição que temos e onde o PSD tem larguíssimas responsabilidades, o nó entre o público e privado é evidente e as grandes empresas estão completamente enroladas com o Estado, o que torna esse propósito extraordinariamente difícil. Há clientelas, cumplicidades, compromissos. Como é que vai pegar num partido que geriu o público e o privado como o PS o fez, e que é co-responsável pelo estado a que isto chegou, e dizer não? Dizer não iria trazer-lhe muitos inimigos, e não são inimigos no eleitorado, são inimigos poderosos que querem de si acesso e privilégios. Como se viu com o negócio da PT e da venda da Vivo, o Estado pode dar muito jeito. E as empresas gostam disso e precisam disso. Como é que se propõe reformar não apenas a pátria mas o seu partido?**

Todos os partidos têm responsabilidades e o PSD tem a sua quota-parte. Apesar de tudo, penso que o PSD, no que respeita a essa confusão entre Estado e privados, tem uma responsabilidade muito menor do que o PS. Já no alargamento do Estado, o PSD tem alguma responsabilidade. Recordo-me que Cavaco Silva se candidatou com o lema menos Estado e melhor Estado e isso não se conseguiu. Mesmo que o autor moral da ideia estivesse politicamente empenhado. Julgo que foi uma das razões porque o PSD me escolheu. Se o partido não estivesse tão interessado em fazer essa mudança teria escolhido, como escolheu no passado, a Dra. Ferreira Leite. Pessoas que representavam uma garantia de continuidade. Quiseram alguém com passado político, mas que não estivesse comprometido com o exercício do poder. Julgo que tenho condições políticas para corresponder a essa vontade de mudança.

**O PSD tem uma grande tendência para assassinar os seus líderes. O mais português dos partidos, aquele onde dizem furiosamente mal uns dos outros.**

Tem-se exagerado ao dizer isso. De há uns tempos a esta parte o PSD tem até uma tendência cesarista. Praticamente desde que Sá Carneiro reganhou o partido e depois disso, o poder, ninguém mais se atreveu a um golpismo interno contra os líderes. É verdade que o PSD teve várias lideranças em pouco tempo mas não foi o resultado da cizânia.

**Não? Sei que é muito difícil contrariar uma ideia feita mas depois de todo o período que tivemos com Cavaco, Nogueira demite-se sem ninguém pedir a sua demissão.**

Vamos passar uma esponja molhada em generosidade sobre esse período. Ele tinha o partido com ele.

Demitiu-se porque entendeu fazer outras coisas na vida. A seguir veio o Marcelo, teve disputas mas demitiu-se sem que ninguém pedisse a sua cabeça.

O que não o impede de opinar sobre todos os líderes que lhe sucederam. É uma característica pessoal que vem de antes de ele ser presidente do PSD. Tivemos Durão Barroso e ele saiu pelo seu pé. Santana Lopes ganhou o PSD no congresso e perdeu o Governo em eleições. Foi demitido, foi demitido não, ele demitiu-se porque o Dr. Sampaio dissolveu o Parlamento. E foi a eleições e perdeu. Marques Mendes perdeu na disputa interna, e para quem disputou logo no início a eleição com ele, Filipe Menezes. E demitiu-se a seguir à perda da Câmara de Lisboa para o PS. Foi isso que determinou a sua perda de liderança. Depois, foi o Filipe Menezes que se demitiu. E a Dra. Ferreira Leite que não se recandidatou. Saiu pelo seu pé. De onde vem esta ideia de que o PSD é autofágico? É do romance da política. A verdade, e isto talvez não seja politicamente correto para dizer dos meus antecessores, mas não houve uma liderança que tivesse medrado não por causa do PSD, mas por causa das próprias lideranças.

**Você não escapou e também sofreu críticas de dirigentes importantes do PSD.**



Não me ouviu queixar-me. Não vou desvalorizar a crítica pessoal que me foi dirigida. E que, curiosamente, era política mas envolta na roupagem do ataque pessoal por falta de argumentos políticos de terceira e de quarta ordem. Para provocar desgaste. O ataque pessoal como arma política aconteceu na sociedade portuguesa e não apenas dentro do PSD. Houve outros. Mantenho: o que trituro as lideranças foram as lideranças. Não costumo reagir muito ao ataque pessoal a não ser que possa ser feito por alguém com autoridade para o fazer. Não nos insulta quem quer. Não me sinto assim tão frágil que tenha de andar a evidenciar que nasci há muitos anos, que estou no PSD há muitos anos, que sou inteligente ou culto ou o que se quiser. Seria miserável. Tenho uma explicação para esse ataque violento dentro do PSD quando me candidatei e recentemente por gente ligada ao Governo. Quando passei a irresponsável, antipatriota, imaturo, cobarde, e mais uns qualificativos. A intenção é sempre a mesma. Não me faz massa. É política sem dignidade. A razão para terem aparecido no PSD é que ao longo da minha longa vida política nunca apareci identificado com uma tribo específica do PSD ou a depender da vassalagem de alguém. E foi a razão por que me decidi candidatar. /.../

**/.../ Pode entrar nas páginas da história de Portugal.**

Uma grande parada. É por isso que levo a sério o que estou a fazer. É uma grande parada mas não tem que ver com o poder interno do PSD. Candidatei-me há três anos e perdi, e candidatei-me há um ano e ganhei. O

país precisa de mudar a orientação do governo. Precisa de um governo não socialista e o PSD pode polarizar essa mudança. As pessoas percebem que podemos entrar no colapso financeiro a curto prazo com um custo social ainda maior do que o que enfrentam no próximo ano com o desemprego e a recessão económica; as pessoas despertaram e foram-se apercebendo que a dívida acumulada, a incapacidade para crescer, a estagnação, trazem muito desemprego e empobrecimento real. Do mesmo modo que não chegámos até aqui de um dia para o outro — foram precisos quase 15 anos de despreocupação absoluta —, vai-nos demorar cinco ou seis a tirar o corpo da pancada. A própria reforma dentro da União Europeia do Pacto de Estabilidade e Crescimento, em que se valoriza não apenas o défice do orçamento mas o rácio da dívida em percentagem do produto, o que vai medindo o nosso histórico para determinar o que podemos pagar no futuro, esses dois dados tornam Portugal um difícil pagador. E isto tem responsáveis. E vejo mal que as pessoas dentro do PSD que fizeram tanta pressão para que o PSD tivesse um sentido de responsabilidade, não estejam hoje a querer apurar as responsabilidades de quem nos trouxe a este patamar. Vamos lembrar-nos deles vários anos.

**Se for primeiro-ministro vai ser punido pelo passado, por coisas de Sócrates e de Guterres, como Obama está a ser punido pelas de Bush.**

As pessoas têm a memória curta e querem resultados logo. Tem que ver com as expectativas. Não se podem gerar grandes maiorias de mudança sem incutir grandes expectativas. Ninguém me ouvirá dizer que vamos ter o paraíso na terra nos próximos anos. Estamos como quando Churchill, no início da II Guerra Mundial «Só tenho para vos oferecer trabalho, sangue, suor e lágrimas».

**É um país profundamente desigual, aquele onde quer aplicar essa receita.**

É verdade. Mas as pessoas vão perceber que ficam melhor com as reformas que vão ser feitas do que com o estado em que estamos.

**Vai ter de convencer as pessoas que vivem mal, de que o grupo de pessoas que vivem muito bem e que o apoiam vai fazer tudo para que elas daqui a quatro ou cinco anos possam viver melhor.**

Eu espero que a minha grande base de apoio seja constituída pelas pessoas que vivem mal e não pelas que vivem muito bem.

**Com medo as pessoas votam à esquerda e o PS vai explorar isso. Com certeza, já o fez. A propósito da revisão constitucional.**

Há um momento em que cai a máscara. O PS podia ter tido algum sucesso enquanto fosse nítido que o Estado

social não estava em causa. Hoje as pessoas percebem que está, e por causa do PS; que corta os abonos, as reformas, os salários. E que diz que não tem mão na Saúde. É dar-lhe tempo até começar a cortar na Saúde e na Educação.

Não temos capacidade para pagar este Estado e temos de o reformar em nome da justiça social e da igualdade de oportunidades. Os que vivem melhor estão sempre defendidos. Conseguem por exemplo, na Saúde, ter o melhor que há tanto no público como no privado. Os que não têm rendimentos, estão inteiramente dependentes do que o Estado dá e este dará cada vez menos se se mantiver como está. Ser social-democrata hoje é defender uma reforma do Estado social, que funcione como garante e não como prestador.

#### **E na Saúde qual seria o papel do Estado?**

Ao contrário da Economia, em que o Estado não deve ser parte da conversa, na Saúde, na Educação e no Seguro Social o Estado tem que conviver com a economia social que inclui não apenas os privados mas muitas entidades sem fins lucrativos e com propósito social. Que é mais bem defendido na sociedade civil por essas organizações do que pelo Estado.

O nosso Serviço Nacional de Saúde, apesar dos erros e gestões, e de ser deficitário, é das coisas que melhor funcionam em Portugal. É um dos melhores do mundo. Nem David Cameron ousou dar o golpe de misericórdia no SNS na Grã-Bretanha. E usou-o para tratar o filho que morreu, apesar de ter rendimentos suficientes para recorrer aos privados. Ora os nossos melhores hospitais são públicos e o privado não resolve tudo. Sempre se disse que se devia ir antes para S. José do que para a CUF em caso de doença grave. Podemos dizer que uma TAC hoje custa tanto em S. José como na CUF... Não, custa mais. Custa mais em S. José.

**Não quer reduzir-nos à situação brasileira em que existe um ótimo sistema de convénios para os ricos e um péssimo para os pobres, que vão morrendo. Este é um medo real que as pessoas têm.**

É um medo que o PS agitou e que não conduz às soluções mais responsáveis nem mais racionais. Temos de combater o medo falando com lealdade às pessoas. Não há razão para estarmos demasiado críticos de um sistema que está entre os 14 primeiros do mundo.

Para já, vou subscrever essa asserção embora haja sinais que começam a despontar que anunciam que isso se vai deteriorar no curto prazo. Respondo-lhe: não temos dinheiro para pagar este sistema. Isto tem de ser dito. E quando digo não temos, não é o Estado, são os portugueses. O Serviço de Saúde, a Educação, o Seguro Social e os salários da Administração, isto junto consome já a totalidade dos nossos impostos e contribuições sociais. E ninguém dirá que o Estado não é preciso noutras áreas. Ou olhamos para o futuro e achamos que podemos acrescentar défices e aumentar a dívida, e os nossos credores não o consentem; ou olhamos para o futuro e sabemos que vamos ter de gerir melhor as todas as áreas e sobretudo que gastar menos. Isto significa cortar. Como o Governo socialista está a reconhecer. Ou cortamos cegamente, empurrados pela extrema necessidade; ou cortamos com lógica de modo a defender os que têm menos recursos e a integridade e qualidade do serviço prestado.

Devemos programar a reforma e ela deve ser feita com uma garantia, que foi o que quisemos deixar bem expresso em termos de revisão constitucional: seja o Estado ou não a prestar os serviços, este não pode deixar de garantir que toda a gente que não tem rendimentos possa receber os cuidados de saúde.

**Na prática como é que paga esse sistema? Como é que faz a triagem?**

Temos de garantir às pessoas de baixos recursos que não são varridas para baixo do tapete, uma garantia solidária. E temos de encontrar mecanismos mais eficientes de gestão. Como é que o serviço é prestado e não tanto por quem é prestado. Veja o exemplo da ADSE. A ADSE é um serviço prestado para os funcionários públicos. Não tem hospitais nem clínicas e, contra um custo imputado



aos seus funcionários e outro imputado à entidade pagadora que é o Estado, a ADSE contrata os serviços em função da qualidade e do preço e consegue ter um resultado mais eficiente do que o SNS na generalidade. Quer dizer, em função do financiamento da ADSE, as pessoas obtêm um resultado melhor. Obtêm porque esse resultado é financiado pelos nossos impostos. Exactamente, uma parte é paga pelo Estado.

**Parece-me que a ADSE é um sistema privilegiado com serviços de grande qualidade pelos quais os utentes pagam uma tuta-e-meia.**

Não. Justamente, o Estado não paga mais pela ADSE do que paga em capitação pelo SNS. A ADSE gere melhor os serviços e custam menos ao Estado do que o SNS na sua totalidade.

Custa menos aos utentes. E a ADSE não tem os utentes mais pobres. E não são meia dúzia, estamos a falar de um universo expressivo na sociedade portuguesa, largas centenas de milhares de pessoas. Funcionários públicos.

Somos 10 milhões. Mas a ADSE, entre directos e familiares, tem para cima de um milhão de pessoas nesse sistema. Segundo aspecto: a ADSE, quando contrata os serviços contrata-os numa lógica de não preconceito entre público e privado e é aqui que a primeira fractura conceptual se regista. Está bem patente no diferendo que opôs na altura a ministra da Saúde ao ministro das Finanças. A ADSE está dependente do ministro das Finanças. Na altura, tinha a actual ministra da Saúde tomado posse há pouco tempo, o ministro tinha autorizado a ADSE a fazer um contrato com o Hospital da Luz que era para a ADSE melhor do que o anterior. Ia pagar menos por um serviço melhor. E a decisão racional do ministro das Finanças foi essa e a ministra da Saúde disse publicamente que lamentava que o Estado estivesse a financiar privados com a ADSE quando precisava de investir na rede pública.

Aqui tem, num Governo socialista duas concepções diferentes. Eu estou com o ministro das Finanças e não me interessa saber se o serviço é público ou privado ou cooperativo. Interessa-me se é um serviço certificado ou não. E se é mais caro ou mais barato.

E repare que não saí da órbita pública, não estou a

dizer que o Estado vai deixar de pagar, estou a dizer que o Estado tem de saber como gasta o dinheiro. Gerindo melhor as instituições públicas e contratando serviços a privados ou instituições não lucrativas. Temos de passar para esse regime. Temos de ter bons serviços na área não pública.

Em 74, a grande rede hospitalar em Portugal era não pública, eram os hospitais da Misericórdia. Tínhamos os Hospitais Centrais e a rede da Misericórdia. Depois do 25 de Abril, o Estado apropriou-se de toda essa rede e na prática tornou-a o embrião da rede pública hospitalar. Durante muitos anos os serviços, se exceptuarmos os meios complementares de diagnóstico, de cuidados primários e da rede diferenciada, eram públicos.

Os privados, pouca coisa tinham, ou de pouca qualidade. E, como diz, durante muitos anos, sempre que as coisas se complicavam era o Estado que tinha essa capacidade. Isso tem vindo a ser alterado e muitos privados fizeram um investimento em serviços de ponta que rivalizam com os públicos. Claro que me pode dizer que rivalizam com os públicos porque podem captar recursos humanos na área pública. O próprio Estado, para poder garantir estes serviços a um número mais alargado de pessoas e como não tem oferta pública suficiente, recorre à oferta privada através das convenções. É um princípio útil e que defendo.

**Que regras? Porque a tendência é para o Estado ficar com o resíduo. O Estado não deve absolutizar porque ou diz que tem uma rede ampla e oferece tudo, de graça, ou admite outras ofertas.**

As coisas têm um preço e este 'de graça' é uma ilusão fiscal. Veja este orçamento. O Estado decidiu que ia cortar fortemente os apoios que dá a algum sector privado na Educação. Escolas com alunos pagos pelo sector público. Não são muitos, uns 50 a 70 mil jovens.

Mas sempre que está apertado de dinheiro o Estado prefere concentrar o dinheiro na área pública e não deixar margem de escolha. Assim, o Estado tem de tomar conta de tudo. E só há escola pública. Ou escola privada para gente muito rica. Só há hospitais públicos. E os privados ficam apenas para os muito ricos. Não tem de ser assim. É saudável para os serviços públicos, não que haja com-

petição, como na economia tradicional, mas que haja o fundamento económico para que o Estado não esteja sozinho no mercado social. Os mecanismos de gestão pública têm de estar em linha com a privada e foi isso que se tentou fazer com as EPE (empresas participadas pelo Estado), mas o accionista não pede responsabilidades. Todos os anos aparece uma dívida escondida no SNS nunca inferior a 500 ou mil milhões de euros.

Porque é que os privados iriam gerir áreas públicas sem lucro? Quem iria pagar isso? Pense ao contrário, suponha que exista um conjunto de contratos, como existe na economia privada, com o success fee. Tem uma despesa de X, se poupar 20% na despesa dá-me uma percentagem da poupança. Se tiver um serviço público que pode ser gerido com menos despesa, do que poupo devo pagar um prémio ao gestor. Se houver um desperdício de 15% a 20% e se o gestor consegue reduzir para metade este desperdício, faz sentido pagar-lhe um prémio. Menos impostos e maior oferta. Não ponho de parte que hospitais públicos tenham uma gestão privada. O Estado tem de ter benchmarks.

**E as parcerias público-privadas? Deram péssimo resultado.**

As PPP são um bom instrumento. Têm de ser bem utilizadas. Se não temos capacidade de fazer investimentos e se os privados investem por nós, Estado, sendo que ficamos a pagar a 30 ou 40 anos, diluímos no futuro essa responsabilidade dentro de um limite sustentável. Mas abusámos desse instrumento. E ficou a dúvida, ou a certeza, de que os riscos não foram bem distribuídos entre o sector público e o privado.

**Se o Estado aceita a totalidade do risco, os privados têm tudo a ganhar. Não é justo.**

**Justamente porque o país está na situação miserável em que está, acha que é o momento ideal para convencer as pessoas? Está a propor soluções nunca tentadas. Não quer mudar o sistema, quer instituir outro sistema. Sem ser mudado em ruptura, que é o pressuposto da revolução.**

Eu não quero mudar o sistema em ruptura. A revolução institui por via da força um sistema diferente. À força não, temos de conquistar as pessoas para a mudança e o que estamos a viver é favorável à mudança. Ela será gradual e não será tão diluída nos objectivos que na prática acabará por não se fazer. Terá de ser calendarizada e programada, com etapas a seguir, explicadas às pessoas. O filme será mostrado.

**Vai reformar de baixo para cima? Sentar-se com toda a gente?**

É indispensável. As reformas de top down, para poderem ser executadas, têm de ser antecedidas pela preparação e o envolvimento dos agentes da mudança.

A Justiça está no estado em que está. Sem a reforma da Justiça não consegue agilizar os processos burocráticos que permitem administrar e fazer a economia crescer. Tudo está eivado de corrupções e vícios. E temos uma justiça de mata-políticos quando não gosta de medidas que afectam a corporação. Como vai atacar o problema? Também consigo vai acontecer, vão acabar por descobrir uma história obscura de passado, vão vasculhar o período em que trabalhou com Ângelo Correia... Estou completamente tranquilo. Trabalhei toda a minha vida. Comecei com 18 anos. Fui professor numa escola pública, trabalhei para o Estado, e depois disso trabalhei sempre em empresas privadas. Quando havia envolvimento com o Estado, as relações foram sempre muito transparentes.

**Nas suas tropas há pessoas que vão ser atacadas. As corporações da Justiça atemorizam as instâncias e têm uma cumplicidade com os media que lhes permite atacar quando o calendário é favorável. As notícias sobre Leonor Beza apareciam quando ela se mexia politicamente, o 'caso BPN' reapareceu na semana da recandidatura de Cavaco, etc., só para falar do PSD.**

E também há desperdício de recursos. Vejo as magistraturas ou as polícias como vejo os médicos, não se podem fazer reformas contra as pessoas nem a bater nos juizes. Todas as corporações têm resistências. Dos pro-

blemas que afectam a Justiça, o primeiro é a questão da dignidade, do prestígio afectado da Justiça, e o segundo é a lentidão. Ela é tão lenta que acaba por ser perversa. Este é mais fácil de resolver. Se nos concentrarmos mais na celeridade e menos no quadro ideal da Justiça, é mais fácil pô-la a funcionar. Isso depende de uma revisão cirúrgica dos códigos do processo, penal e civil. E a parte administrativa também é importante, porque o Estado por si consome muito processo e muito tempo à Justiça.

Parece que o PS está a preparar uma reforma nessa área, não sei qual.

Temos vindo a fazer algum trabalho nessa área no PSD. E gerir melhor o edifício. Eu acho que, ao contrário do que diz, tem havido um razoável desinvestimento na Justiça. Há tribunais a funcionar com condições abaixo da média dos serviços. Insuficiência de meios materiais. E é preciso solucionar tudo o que está hoje — peço desculpa pela imagem — entupido. Sentenças sem execução tomam conta dos tribunais. O problema mais difícil é o do prestígio e independência das magistraturas. Da gestão política da Justiça.

**Sente-se historicamente desafiado?**

Nunca acreditei muito em gerações porque elas não têm homogeneidade. Em todas as gerações há gente extraordinária. E cretinos. Quem como eu está com 46 anos e percebe que está a chegar ao fim um ciclo que acreditou, desde Marcelo Caetano, que o país se reformava por dentro, e que estive na origem do PSD e do PS ao longo destes anos, sabe que o ciclo está a fechar-se. Toda a gente que nasceu após o 25 de Abril tem uma responsabilidade histórica grande. Não penso na minha vida política a 20 ou 30 anos, mas a ambição para o País tem de ser pensada a 20 ou 30 anos. E esses anos dependem dos próximos dez.

Há janelas que se vão fechar. A janela para o oriente através de Macau e Timor vai fechar-se se não a usarmos na próxima meia dúzia de anos. A janela para África. Outros, brasileiros, espanhóis, italianos, estão a usar essa janela. Para não falar do centro da Europa. E a língua deixará de ser uma barreira.

Usamos muito a janela no caso angolano. Por desespero do mercado interno. Não houve uma estratégia nacional para agarrar oportunidades. O mesmo para o continente sul-americano.

Sócrates conseguiu uns negócios, alguns bons, com a Venezuela e o Brasil, por cumplicidade política. Não vai ter essa cumplicidade. Vamos deixar a Venezuela de fora. Ou a Líbia. Vamos ver o Brasil. A grande aposta, quer de Sócrates quer de Guterres, foi em Espanha. Disseram que a primeira, segunda e terceira prioridade era Espanha.

**Isso não fazia sentido para si? O bloco peninsular? A ligação com Espanha ocorreria por razões europeias.**

Mas não numa lógica externa, porque Espanha não

é um mercado externo, é uma extensão do mercado português. Mercados externos estão na América do Sul, em África e no Oriente. E precisamos de ir para lá. 70% das nossas exportações estão na Europa e a Europa vai crescer miseravelmente nos próximos anos, tirando a Alemanha. Os dados do crescimento lento da Europa estavam disponíveis há 10 anos.

Comitativas de empresários que acompanham o Presidente e o primeiro-ministro fazem uns negócios ad hoc. Nunca houve aproveitamento da língua portuguesa, do seu valor de mercado. Nunca houve uma estratégia. E quando digo uma estratégia nacional não estou a falar de estratégia pública, se é nacional é nacional. Entre a posição do Estado e a nossa sociedade civil, em termos económicos e culturais, terá de haver envolvimento nessa estratégia. Não é o Estado que diz o que os privados vão vender ou onde devem estar. O Estado deve criar condições para que privados, associações, ONG possam penetrar nestes espaços.

**A estratégia precisa de dinheiro para campanhas, precisa de uma desejável circulação de ideia e capitais, de pessoas, entre países. A TAP tem um sistema de monopólio, que a aguenta, nas viagens com o Brasil, e vende viagens caras. O mesmo com Angola. Isso torna a circulação aberta apenas a quem pode pagar. Vai liberalizar? Mexer na TAP?**

A TAP precisa de um parceiro privado. O Estado não pode dar mais ajudas à TAP e não tem condições para investir mais na TAP. O que nos deve preocupar são duas coisas: que no modelo de privatização não substituamos um monopólio público pelo privado. Não gosto de monopólios. A TAP, por insuficiência de financiamento do accionista, tem de onerar serviços para diminuir os prejuízos. O Estado está a inviabilizar o sucesso financeiro da TAP. O problema da linha aérea nacional tem a ver com o nosso turismo. Estamos inseridos num espaço muito disputado em termos turísticos. A plataforma para trazer e levar turistas é essencial para a competitividade no turismo. O transporte aéreo tem interesse estratégico para o País mas há muitas maneiras de defender esse interesse. O Estado não tem de ser o dono da companhia. É uma das áreas em que o Estado não pode apenas confiar que o mercado vá resolver o problema porque não existe um mercado concorrencial, nem aqui nem na Europa, da oferta da área turística.

**Como é que se vê daqui a 10 anos?**

Se este caminho, que acredito que Portugal pode fazer, tiver acolhimento do eleitorado, vejo-me como alguém que concretizou aquilo em que acreditava. Deixar uma política que não seja vista pelas pessoas como um empecilho ou um factor de desigualdade.

E corrupção. E não só, existe o pequeno tráfico de influências. Faz parte do tecido das sociedades... @unica@expresso.imprensa.pt, Clara Ferreira Alves



# “Ministério do Ambiente não existe” e “anda a reboque” do PSD, afirma o deputado Luís Menezes



O PSD diz que “este Ministério do Ambiente não existe, não tem qualquer tipo de iniciativa”, considerando que a ministra Dulce Pássaro, que anunciou a revisão da Lei de Bases do Ambiente (LBA), anda “a reboque” do PSD.

Em declarações à Lusa, o deputado Luís Menezes afirmou que o PSD vai “continuar a tomar a dianteira na discussão dos problemas ambientais em Portugal”, uma vez que o Ministério do Ambiente “anda a reboque daquilo que tem sido a iniciativa do PSD nesta área”.

A ministra do Ambiente anunciou que o processo de revisão da LBA arranca no dia 17 de Dezembro, em Coimbra, com um debate na Faculdade de Direito, apostando o Governo numa “ampla discussão pública”.

Luís Menezes recordou que “o PSD apresentou um projecto de revisão da LBA ainda durante o mês de Março, fez uma discussão pública no dia 19 de Julho, com a participação diversas ONG [organizações não governamentais] e personalidades ligadas à área do ambiente, e hoje de manhã foi feito o agendamento [da revisão] da LBA, em conferência de líderes, para a discussão em plenário para 03 de Dezembro”.

“Da parte da tarde, a senhora ministra vem dizer que a discussão pública começa a 17 de Dezembro. Estas declarações vêm a reboque daquilo que tem sido a iniciativa do PSD nesta área e nós ficamos contentes”, congratulou-se Luís Menezes.

O deputado social-democrata não poupa críticas: “Este Ministério do Ambiente não existe, não tem qualquer tipo de iniciativa e, se o PSD, com as suas iniciativas, puder dar alguma vida a que o ministério funcione além daquilo que é o seu maior expediente, nós vamos continuar a tomar a dianteira na discussão dos problemas ambientais em Portugal e na adaptação da nossa legislação aos desafios futuros e presentes na área do ambiente”, afirmou. - Fontes: Lusa, PSD



# “Seria bom fazer tudo para que o FMI não tivesse de ser chamado a Portugal”



A ex-Presidente do PSD, Manuela Ferreira Leite, à margem de um debate sobre o Orçamento do Estado, realizado em Alverca pela Comissão Política Concelhia do PSD de Vila Franca de Xira, disse à Imprensa que a situação de Portugal e da Irlanda são incomparáveis, mas criticou o facto de o país não ter conseguido evitar a situação em que se encontra.

“São incomparáveis em muitas circunstâncias e, mesmo assim, estamos na situação em que estamos. Quer dizer que tudo o que temos feito está muitíssimo errado, senão tínhamos obrigação de estar melhor e não estamos”. Sobre a possibilidade de intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Portugal, Ferreira Leite defendeu ser importante não acontecer. “É algo que não sou capaz de prever, mas seria bom tentar que não houvesse intervenção de mais uma instância internacional”, disse.

Quanto à influência do pedido de ajuda financeira da Irlanda, a ex-líder do PSD disse: “Vamos ver como é que os mercados encaram o nosso comportamento em termos de execução do orçamento.”

“Mais do que um Orçamento aprovado, interessa ver qual a capacidade do Governo para o executar”, realçou.

Disse ainda que o “Orçamento de austeridade” para 2011 “não é nenhuma

surpresa”.

“Não vale a pena as pessoas estarem muito espantadas, porque um orçamento de grande austeridade e que impõe grandes sacrifícios era mais do que previsível”.

“Há muito que avisávamos que o que estava a ser feito estava errado e ia ter consequências muito nefastas e penosas para os portugueses”, acrescentou, afirmando que este será um tipo de orçamento a aplicar em anos seguintes. “Este é um orçamento com o qual os portugueses terão que viver vários anos porque a situação é extremamente grave e não se endireita em dois ou três anos”, avisou.

A agora deputada social-democrata recordou que as orientações políticas e económicas estão a ser ditadas pelo exterior e defendeu que a vida dos portugueses tem de mudar. “Se não mudar nada na vida dos portugueses entramos numa situação em que teremos que mudar à força, e é bom que a mudança seja por nossa iniciativa”. - Lusa

# “O Governo não pode voltar a falhar”



Miguel Frasquilho encerrou sexta-feira, 26 de Novembro, o debate do Orçamento do Estado para 2011, lembrando que, além do mais importante dos últimos 25 anos, é também “o mais dramático”.

Apesar de reiterar que “este é o Orçamento do Governo”, Miguel Frasquilho garantiu que “o Orçamento do Estado, depois do acordo com o PSD, é melhor que o original”. A continuação das deduções fiscais em educação, saúde e habitação, em sede de IRS, e a manutenção da taxa reduzida e taxa média aplicada a vários produtos alimentares foram as melhorias ao Orçamento alcançadas pelo acordo.

Miguel Frasquilho alerta que é da exclusiva responsabilidade do Governo executar este Orçamento e cumprir tudo o que se comprometeu com o PSD e com o país. “Ninguém tolerará mais falhanços. O Governo não pode voltar a falhar. Se isso acontecer, é Portugal inteiro que sofre, e as consequências serão ainda mais dramáticas do que aquelas que já hoje os Portugueses estão a sentir”, afirmou.

O deputado do PSD declarou que “é fundamental ter uma estratégia que nos torne mais atractivos e competitivos aos olhos dos investidores, quer nacionais, quer estrangeiros. Uma estratégia que, decididamente, não se tem visto”. “Precisamos, pois, de um Governo que olhe de forma diferente do que tem acontecido até agora para os problemas do País. Colocando em ordem as contas públicas, sim, ao mesmo tempo, atacando os principais problemas que nos afectam em áreas cruciais e que têm minado o nosso desenvolvimento económico”.

Segundo o deputado, “se não fosse a atitude responsável do PSD”, o país estaria confrontado “com uma verdadeira calamidade financeira, económica e social”.

O vice-presidente da bancada do PSD referiu-se ainda às áreas a que será preciso dar grande atenção, se queremos mesmo mudar a competitividade e a atractividade da nossa economia. São elas: educação, justiça, mercado de trabalho e política fiscal.

O Orçamento do Estado para 2011 foi aprovado em votação final global, no passado dia 26 de Novembro, com os votos favoráveis do PS, a abstenção do PSD e o voto contra do CDS-PP, BE, PCP e PEV.

## Luís Montenegro desafia o Governo para que, de uma vez por todas, governe



No encerramento do debate do Orçamento do Estado para 2011, Luís Montenegro sintetizou todo o processo que levou à abstenção do PSD ao documento. O deputado declarou que este não é o Orçamento do PSD e que já é o sétimo da responsabilidade do primeiro-ministro José Sócrates.

Para Luís Montenegro, este Orçamento começou a desenhar-se em 2009, com a atitude ultra-eleitoralista do PS, que não olhou a meios para ganhar votos. “É um Orçamento que vem na sequência do péssimo desempenho orçamental em 2010 e que protege o Estado socialista e não o Estado social”.

Luís Montenegro manifestou que pior do que este Orçamento, seria não haver Orçamento e, assim, restava ao PSD minimizar as suas consequências.

Agora, garantida a sua aprovação, é a vez de o Governo mostrar aquilo que vale, isto é, “tem que executar este Orçamento, desde o primeiro dia, com a exigência que se lhe impõe”. “O Governo tem de governar, é esse o desafio que lançamos ao Governo: que, de uma vez por todas, governe”.

O deputado afirmou que o PSD deu ao Governo as condições políticas e orçamentais para poder desenvolver o seu trabalho, e se o Governo falhar, isso será da sua inteira responsabilidade.

## Deputados do PSD associam-se ao Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres

Sob proposta da Subcomissão de Igualdade, a Assembleia da República assinalou, na passada quinta-feira, o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, através da instalação de uma tela evocativa, sob o lema “NÃO à violência contra as Mulheres”.

Durante o dia, foram vários os deputados do PSD, entre os quais, o líder do grupo parlamentar, Miguel Macedo, que se associaram a esta iniciativa, deixando impressas, com tinta, as palmas das suas mãos e as suas assinaturas, num gesto simbólico de apoio inequívoco a esta causa.

Recorde-se que em 1999, a Organização das Nações Unidas (ONU) designou oficialmente o dia 25 de Novembro como Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres.

## Matos Rosa destaca papel do PSD na manutenção de incentivos às transmissões onerosas de imóveis

José Matos Rosa lembrou, na passada quarta-feira, que na proposta inicial do Orçamento estava prevista a revogação de um artigo relativo ao imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis. Segundo o deputado, esta proposta, a ser aprovada, iria constituir um entrave ao emparcelamento de terrenos rurais em regiões mais desfavorecidas, bem como dificultar a fixação de populações e valorização do espaço rural, em particular das florestas.

O deputado lembrou que o PSD pressionou os socialistas para revogarem esta proposta e congratulou-se por, desta forma, ser possível manter estes incentivos.



Santo Tirso

# PSD presta homenagem aos antigos dirigentes locais

O PSD de Santo Tirso homenageou os seus antigos dirigentes, eleitos desde 1974 até 2005. Além dos ex-dirigentes presentes, Gonçalves Afonso, Alcindo dos Reis, Amadeu Castro Pinheiro, Paulo Sousa, António Pontes, Paulo Ferreira e João Abreu, foram também alvo desta homenagem Abílio Costa (a título póstumo), Fernando Barbosa Gonçalves e Zé Bento Machado.

Gonçalves Afonso, que na qualidade de primeiro presente eleito e fundador do PPD/PSD, fez uma breve descrição da fundação do Partido, das dificuldades e dos muitos obstáculos à sua implementação. Na intervenção, o fundador do PSD em Santo Tirso não deixou de elogiar esta iniciativa dos actuais dirigentes do PSD e da sua importância. Reinscreveu-se a história do Partido no nosso concelho, disse Gonçalves Afonso, facto que foi partilhado e corroborado pela actual presidente Andreia Neto, que considerou esta homenagem justa e merecida, já que “estes homens exerceram os seus mandatos com elevado espírito de missão, em condições de facto adversas, mas sempre na defesa intransigente do PSD e particularmente dos Tirsenses”.

Andreia Neto dirigiu algumas críticas à gestão socialista da Câmara de Santo Tirso, que nestes últimos 28 anos conduziu o concelho para a cauda desenvolvimento municipal, de acordo com “os diferentes indicadores disponibilizados por entidades credíveis e isentas”.

Marco António Costa, presidente da Distrital do PSD/Porto e vice-presidente da Comissão Política Nacional foi portador de uma mensagem de Pedro Passos Coelho para os homenageados e para o PSD de Santo Tirso, evidenciando a sua importância para a unidade do Partido ao nível local, que sempre soube conviver na diversidade de opinião e na liberdade de expressão.



Setúbal

## Assembleia Distrital discute Estatutos com a Comissão de Revisão

António Rodrigues, membro da Comissão Revisão Estatutária (CRE), deslocou-se à Assembleia Distrital de Setúbal a convite dos órgãos distritais do PSD, para discutir com os dirigentes do distrito o modelo de organização e o funcionamento do Partido.

O processo de revisão estatutária está em curso e pretende-se que seja participado, por isso a CRE está disponível para se deslocar pelo país, estando presente nas iniciativas que as estruturas do Partido levem a cabo sobre este assunto.

A CRE relembra também que os militantes continuam a poder dar o seu contributo por via electrónica, através do site [www.psd.pt](http://www.psd.pt), ou, por carta, para a Sede Nacional.

Algarve

## Antonieta Guerreiro defende produtos tradicionais



No sábado, dia 20 de Novembro, Antonieta Guerreiro, deputada à Assembleia da República, participou numa das actividades promovidas pela associação “In Loco”, designada “Apanha de Medronho e Degustação da Gastronomia Local”, que teve como objectivo promover a Zona de Intervenção Florestal (ZIF) de Alte/São Bartolomeu de Messines.

Aos presidentes de ambas as Juntas de Freguesia e aos organizadores da “In Loco”, juntaram-se mais de oitenta participantes. Em conjunto, visitaram as destilarias daquela zona do interior e participaram na apanha do medronho, numa manhã que culminou com um almoço típico no Clube Desportivo Serrano, em Monte Ruivo, localidade da freguesia de Alte.

Em comunicado de imprensa, Antonieta Guerreiro divulgou que “este tipo de iniciativa deve ser apoiado por todos os algarvios e, em especial, pelos agentes políticos”.

A dinamização das Zonas de Intervenção Florestal é fundamental, não só para a prevenção contra incêndios, mas também para a preservação dos produtos tradicionais como o medronho, a alfarroba, o figo, a amêndoa e todos os produtos gastronómicos utilizados com estes frutos, aos quais se junta o mel.

Segundo Patrícia Cruz, organizadora e dinamizadora do projecto “ZIF Alte/São Bartolomeu de Messines”, estas iniciativas são uma forma de dinamizar a área de intervenção da ZIF e o território serrano e um bom veículo para incentivar os proprietários a trabalhar em conjunto.

Porto

## Envelhecimento activo na agenda do PSD



O PSD participou, por representação da vogal da Comissão Política Nacional, Maria Trindade do Vale, no seminário “Os Desafios do Envelhecimento Activo - Inovar no presente e planear o futuro”, promovido pela Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, no dia 30 de Novembro, na Universidade Católica do Porto.

Este seminário contemplou a realização de uma mesa redonda com representantes

dos grupos parlamentares da Assembleia da República, com vista ao debate e reflexão sobre o tema “Os desafios do envelhecimento: estratégias para o futuro”.

Num momento em que vivemos lado a lado com uma crise internacional e nacional, em que o país enfrenta as maiores desigualdades sociais – que atingem particularmente a população idosa – urge, de facto, pensar em medidas que respondam e respeitem os direitos das pessoas mais velhas e ainda promovam a sua participação, dignidade, assistência e auto-realização.

Este debate potenciou, assim, a partilha de ideias e discussão de pontos de vista, ficando claro que, para o PSD, as estratégias para esta área deverão seguir uma política de descentralização e desenvolvimento de serviços locais de proximidade, bem como a promoção de uma intervenção em rede, com um atendimento integrado e concertado, rentabilizando as sinergias e recursos dos vários parceiros sociais.

# Açores ainda estão a tempo de evitar os efeitos perversos da crise

A líder do PSD/Açores afirma que os Açores “ainda estão a tempo” de evitar os efeitos perversos da crise que actualmente assola todo o território nacional, defendendo que, para tal, é necessário tomar “medidas de contenção” o mais rapidamente possível.

Berta Cabral, que falava aos jornalistas após uma visita que efectuou, no dia 25 de Novembro, às novas instalações do colégio “A Colmeia”, recentemente inauguradas, sublinhou ainda que os cenários ocorridos a nível nacional devem servir de exemplo aos Açores.

No entender da presidente do PSD/Açores, a crise acentuou-se em Portugal, com graves complicações para as famílias, porque “quem teve e ainda tem responsabilidades políticas, sobretudo a nível nacional, não teve a capacidade de preparar as pessoas para as dificuldades que todos sabiam existir”.

“Por várias razões, e nem sempre pelas melhores razões, foi-se escondendo a realidade às pessoas. A situação de crise que hoje se vive no país poderia ser diferente se tivessem sido tomadas medidas atempadamente e se se tivesse consciencializado os cidadãos para o acentuar do endividamento das famílias. Se fossem tomadas medidas para prevenir uma crise que se adivinhava há muito tempo, não se teria atingido os excessivos défices externos e públicos do país”, salientou.

Afirmando que “os tempos são muito difíceis”, a líder regional alertou para a necessidade de se consciencializar as pessoas para as reais dificuldades com que se deparam, em vez de se “traçar cenários cor-de-rosa”.

Acerca do Plano e Orçamento da Região para 2011, actualmente em debate no parlamento açoriano, Berta Cabral declarou que, na discussão à volta do documento, tem havido “verdade, rigor e honestidade política”, embora surja “sempre quem tente esconder a realidade porque não é agradável”.

Durante a visita ao colégio “A Colmeia”, que considerou como “um projecto exem-



plar” de uma cooperativa de pais, Berta Cabral sublinhou a importância da Educação nos Açores, defendendo a necessidade de se apostar nas capacidades pessoais, na formação, nas instalações e no envolvimento de toda a comunidade.

O colégio “A Colmeia”, frequentado por cerca de 350 crianças com idades compreendidas entre os três e os 10 anos, foi recentemente distinguido pela revista “100 Maiores Empresas dos Açores” como o melhor projecto de investimento de 2009.

## Plano para 2011 não satisfaz exigências da agricultura moderna



O PSD/Açores concluiu que o plano regional para 2011 mantém, para o sector da agricultura, a mesma filosofia de actuação dos seus precedentes, não apresentando uma substancial inovação agrícola. “É um plano insuficiente em investimentos e que está preso a velhas atitudes de orientação, não satisfazendo as exigências agrícolas da modernidade”, revelou o deputado regional, António Ventura.

De acordo com António Ventura, este plano não responde às especificidades do arquipélago, e o governo regional mostra incapacidade em utilizar os fundos comunitários. Entre 2007 e 2009, desperdiçaram-se cerca de 23 milhões de euros do programa POSEI.

“Há mesmo um crescente desinteresse do governo pelo sector, pois o esforço regional diminui relativamente a 2010. Isso acontece no abastecimento de água, caminhos agrícolas, electrificação, promoção dos produtos regionais, no incentivo à compra de terras, e noutras rubricas que decrescem financeiramente neste plano, nalguns casos, na ordem dos 20 por cento”, assinalou o parlamentar.

Também a diversificação agrícola desespera por clarificação, continuando subserviente à falta de criatividade do governo, acusou o deputado, fazendo menção a que, “talvez para o governo a diversificação seja só a beterraba, ou melhor, a alternativa que impõe ao leite, e em que a tutela é um factor de instabilidade, pois está a ser um concorrente directo dos agricultores ao oferecer preços exorbitantes pelos terrenos”.

“Este é também um governo que não reivindica perante Lisboa, e que é cúmplice da falta de empenho na União Europeia. É um governo que aceita que o ministro do sector tenha achado as propostas apresentadas pela Comissão, na semana passada, boas para Portugal. Mesmo quando afirmam o fim das quotas leiteiras”, reitera António Ventura.

## Apoios sociais “continuam escassos e sem atingir os fins propostos”



O PSD/Açores considera que “os apoios sociais na região foram acrescidos de medidas escassas” com “as respostas do governo à crise e aos problemas actuais limitadas a encher um pouco mais, não os bolsos dos beneficiários dos apoios sociais, mas a propaganda do regime em torno de pouca coisa, e escondendo o essencial”, disse o deputado João Bruto da Costa, durante a discussão do plano e orçamento para 2011.

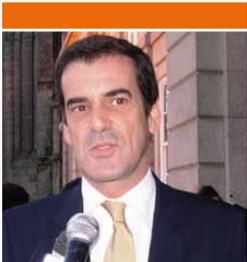
“O aumento global do complemento regional de pensão, num total de 943 mil euros, equivale a apenas 1 por cento do aumento de verba para as campanhas publicitárias. E, juntamente com

o aumento do abono de família, os aumentos equivalem a 0,1 por cento do total do orçamento”, argumentou o social-democrata.

Segundo João Bruto da Costa, “o pacote de medidas apresentadas neste debate não é isso que pretende, como aliás nunca pretendeu. A prova é que estarmos a perder o combate à pobreza, quando podíamos, e devíamos, estar num patamar diferente. Afinal não faltaram condições, não faltaram verbas, e até com a crise este governo viu engordar as suas disponibilidades financeiras em 30 milhões de euros”, argumentou.

O deputado lamentou que em torno da política social deste governo, “estejamos, no final de 2010, e a discutir o plano e orçamento para 2011, tendo ainda um volume inaceitável de açorianos a viver com dificuldades, e sendo que a maior fatia de austeridade, de empobrecimento e de crise social está ainda a caminho”, avançou.

João Bruto da Costa recordou ainda que em 2004, este governo afirmou que pretendia a coesão económica e social dos Açores, criando o conceito de ilhas da coesão, e aplicando medidas para estimular a economia das parcelas mais isoladas do arquipélago.



## As lições da História

Rui Moreira (\*)

Os socialistas, que criticaram a entrevista de Passos Coelho a um jornal estrangeiro, tiveram muita dificuldade em justificar o impacto que a entrevista de Teixeira dos Santos ao "Financial Times" (em que recorreu a uma parábola futebolística para admitir que Portugal está a ser arrastado para o abismo) teve nos juros da dívida pública. Infelizmente, mesmo que os nossos governantes e dirigentes políticos recusassem falar a jornais ou a televisões estrangeiras, tudo continuaria na mesma. Basta ver como a entrevista do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao "Expresso", em que admite a saída do Euro, teve igual repercussão fora de portas.

O problema de Portugal não é de marketing político mas de sustentabilidade, porque todos os dias compra mais do que aquilo que vende e porque tem um Estado voraz, que os cidadãos reclamam, mas que já não conseguem pagar com a riqueza que criam. É essa circunstância que ameaça o regime, porque o garantismo que foi prometido aos eleitores, e que condicionou os comportamentos das últimas duas gerações, transformou-se, com o tempo, numa equação irresolúvel. Aquilo que os portugueses tentam ignorar, adiando reformas e sacrifícios inevitáveis, é óbvio para quem nos olha a partir do exterior, de forma descomprometida, desapaixonada e desinteressada. É este contexto, e não qualquer conspiração, que influencia os juros da nossa dívida pública. Numa altura em que há carência de liquidez nos mercados, e em que as nações concorrem entre si para se financiarem, é normal que um país como o nosso tenha de pagar muito caro para atrair esses recursos, mais a mais quando os nossos parceiros europeus se recusam a avalizar a nossa solvabilidade.

Ora, a grande questão que se coloca aos líderes desses nossos parceiros, e com a qual não podemos deixar de os confrontar, é a sobrevivência do ideal europeu, de que a coesão solidária da Zona Euro é uma peça fundamental. Os países que promoveram a criação da moeda única, e que aderiram a um espaço de co-responsabilidade e interdependência, acreditaram numa utopia: pensaram que seria possível ter uma moeda única para economias tão díspares como a alemã e a portuguesa, sem introduzir um mecanismo de reequilíbrio, ou seja, ousaram dispensar um orçamento federal que asseguraria o equilíbrio da moeda, através do princípio dos vasos comunicantes.

Nesta circunstância, aquilo que os PIIGS lhes devem demonstrar é que o colapso das economias periféricas do Euro acarretará a decadência de toda a União Europeia e o fracasso do ideal europeu. Não sendo uma tarefa ao alcance de Portugal, a verdade é que a esse nível o nosso país tem tantas responsabilidades como qualquer outro, e conta a seu favor com uma tradição mundividente de boa diplomacia. Por isso, para além das reformas domésticas que urge fazer, enquanto a nossa sociedade as consente em liberdade, precisaríamos de ter políticos com uma visão do Mundo que pudessem exercer esse protagonismo e ajudar a influenciar a Europa dos ricos. Tudo estará perdido, em Portugal e na Europa, se o eixo Paris-Berlim continuar obcecado com a sua aparente auto-suficiência, esquecendo que o reforço da coesão é a única forma de garantir que a Europa continuará a ter a dimensão política e económica que lhe garantem um papel de relevo a nível global. Se, pelo contrário, a Europa se desagregar, e considerando o actual clima de egoísmo nacional que se vive, não é impensável que se repitam as tragédias do século passado que, também elas, tiveram a sua origem em sucessivos erros de cálculo.

(\*) Economista, Presidente da AIPorto, ©JN



## A Crise da Gestão da Crise

Francisco Jaime Quesado (\*)

As medidas de Austeridade anunciadas pelo Governo não estão suportadas por uma reanálise sustentada do que deve ser um verdadeiro Novo Contrato Social entre o Estado, as diferentes Organizações da Sociedade e os Cidadãos. Os efeitos da Crise Financeira ao nível da Economia Real já se começam verdadeiramente a sentir e no meio do aumento das falências e do número de desempregados impõe-se a definição de um Novo Modelo Estratégico que delimite de forma objectiva funções, custos, receitas, áreas de valor e oportunidades estratégicas. Este "tableau de bord" de gestão da crise deve assumir-se como a resposta à própria crise que já se instalou em todo o sistema económico e social.

A resposta à crise tem que se materializar na operacionalização efectiva de acções concretas no dia-a-dia da actividade económica, centradas na activação dos circuitos em que assenta a cadeia de valor da criação de riqueza e que envolve todos aqueles que conseguem acrescentar uma componente de diferenciação qualitativa na concepção de novos produtos e serviços. As Empresas e as Pessoas têm que dar provas concretas de que estão claramente apostadas num projecto estratégico de modernização qualitativa, mas o Estado tem que saber assumir de forma objectiva o seu papel de Parceiro Operacional activo neste projecto de reinvenção da Economia Portuguesa e da sua capacidade de afirmação internacional.

É neste sentido que a legitimidade de actuação e sustentação estratégica se torna central. Processos de compromisso e convergência entre uma base central forte e pontos de descentralização territorial autónomos e indutores de riqueza e bem-estar social a partir da inovação e conhecimento têm que ter por base uma forte relação de cumplicidade estratégica entre todos os actores do tecido social. Um compromisso sério entre uma capacidade natural de mobilizar e empreender e ao mesmo tempo uma vontade de tornar os processos estáveis nos resultados que potenciam. A modernização do Estado assenta em larga medida na capacidade de protagonizar esse desafio de mudança de paradigma.

Há que fazer por isso opções. Opções claras em termos operacionais no sentido de agilizar a máquina processual e através dos mecanismos da eficiência e produtividade garantir estabilidade e confiança em todos os que sustentam o tecido social. Opções claras em torno dum modelo objectivo de compromisso entre governação qualificada central, geradora de dimensão estabilizadora e indução de riqueza territorial através da participação inovadora dos actores sociais. Opções assumidas na capacidade de projectar no futuro uma lógica de intervenção do Estado que não se cinja ao papel clássico, "dejá-vu", de correcção "in extremis" das deficiências endémicas do sistema mas saiba com inteligência criativa fazer emergir, com articulação e cooperação, mecanismos autosustentados de correcção dos desequilíbrios que vão surgindo.

A gestão da crise não pode ser assumida por decreto. Não basta publicar de forma administrativa um conjunto de medidas sem primeiro ter estabilizado o quadro estratégico de renovação do Contrato Social e reinvenção do papel dos diferentes Actores Económicos e Sociais. Impõe-se por isso uma solução para a crise da gestão desta crise. Que sustente uma saída com futuro.

(\*) Economista



## A corrida de obstáculos

A. Nogueira Leite (\*)

Os erros cometidos ao longo dos últimos anos têm hoje efeitos bem visíveis para todos. É certo que, quando eu e muitos outros colegas alertamos para as suas consequências, fomos olímpicamente ignorados pelos decisores públicos e por alguns dos nossos maiores empresários, então obcecados com a verdadeira “corrida ao ouro”, que era o acesso ao rateio das gigantescas rendas económicas proporcionadas pelas parcerias (quase) sem risco para o concessionário e financiadores no sector dos transportes. O último destes tesouros para os promotores privados à custa dos contribuintes actuais e futuros foi atribuído no dia exacto em que o dr. Passos Coelho se deslocou a São Bento para firmar o acordo que ficou para a posteridade conhecido como “PEC2”.

Agora resta a factura, bem cara por sinal. Na verdade, porque a estes erros se juntou uma política orçamental que pretendeu ser expansionista mas que, de facto, foi apenas descontrolada e perdulária, o seu efeito será claramente magnificado. Na verdade, para além da dívida gerada para satisfação de empreiteiros e financeiros de vistas curtas, o Estado aumentou a sua dívida directa (como a anterior, também esta será paga pelos esbulhados contribuintes, actuais e futuros) em 40 000 milhões de euros em apenas 3 anos (2009, 2010 e 2011).

Feitas as contas (e usando apenas documentos produzidos pelo governo), é fácil ver que nos próximos 3 anos, isto é, em 2011, 2012 e 2013, o Estado português terá de ser capaz de cativar investidores que tomem sucessivas emissões de dívida pública, que totalizarão mais de 60.000 milhões de euros. O essencial deste esforço de colocação de dívida acontecerá no próximo ano (uma boa parte logo no primeiro semestre) no montante astronómico de 40.000 milhões de euros de dívida pública (entre renovações e novas emissões). Finalmente, e porque Portugal continuará a manter um muito significativo défice externo, estimo que o sistema financeiro terá de, cumulativamente, cativar o interesse de investidores internacionais para novos empréstimos entre 15 000 e 18 000 milhões de euros (se se assumir que não haverá novas PPP). Mesmo com o aumento da poupança nacional, a nossa dívida externa irá certamente aumentar em mais algumas dezenas de milhar de milhão de euros.

Como a capacidade de execução orçamental do governo é o que é, a probabilidade de não se conseguir realizar este programa de acréscimo de endividamento externo é elevadíssima. Um governo que em 4 meses deixou derrapar a despesa pública em quase 3 000 milhões de euros não só não é credível como, muito provavelmente, não é capaz de levar a bom termo a corrida de obstáculos em que entrou.

De facto, Portugal vai entrar nesta corrida, com o seu principal corredor, o governo, seriamente lesionado e já em verdadeiro desequilíbrio. A hipótese de não chegar ao fim, superando todos os obstáculos que atraiu por erro e incúria, é hoje dominante. Infelizmente para todos, o nosso pior pesadelo, a bancarrota Sócrates, só não acontecerá por milagre.

(\*) Professor Universitário, Economista, Conselheiro Nacional do PSD



## A violência estúpida e gratuita nas “cimeiras”

Vasco Graça Moura (\*)

Nota da Redacção do PL: Este artigo, que parece desactualizado no tempo, não está. Embora os temores do A., sobre eventuais distúrbios em Lisboa, que eram justificados à luz do que se tem passado em tantas outras cidades, não tivessem sido validados na prática, temos de convir que a acção preventiva das nossas autoridades (à excepção do ridículo caso dos blindados anti-motim que só chegaram depois dos delegados terem ido para casa...) foi eficaz, as lições do passado, aprendidas; e com algumas restrições de circulação, os lisboetas viveram a conferência da NATO na Paz dos anjos... Ainda bem e que sirva de exemplo. Prevenir é sempre melhor que remediar!- PL

Estive há uns anos em Veneza, integrado numa delegação do Parlamento Europeu que participava na Assembleia Geral da NATO. A impressão com que fiquei, depois reiterada noutra Assembleia Geral que teve lugar no Funchal, foi a de que, em geral, os parlamentares europeus não contavam absolutamente nada para os outros participantes. Talvez esse seja o correlativo inevitável da consabida fragilidade da União Europeia enquanto potência militar, mas não sei se as coisas entretanto se terão alterado.

Na cidade dos “Doges”, como era de esperar, uma horda internacional de arruaceiros fez das suas. As autoridades locais foram de uma passividade vergonhosa e cúmplice. Numa das noites, houve um espectáculo no «La Fenice». Depois de vários compassos de espera, os convidados foram obrigados a sair do ‘vaporetto’ e a correr, como coelhos assustados, por um labirinto de quelhos esconsos e mal iluminados, até chegarem às traseiras do teatro. À saída, o ritual foi semelhante. Não consta que a organização tenha protestado contra essa humilhação. E muito menos consta que a polícia se tivesse disposto a varrer prontamente aquela canalha ululante, como devia ter feito e como teria acontecido em qualquer outra parte do mundo civilizado. Na verdade, pela maneira como tentavam acelerar as deslocações na rua, os carabinieri pareciam ainda mais assustados do que algumas senhoras idosas que se arrastavam nesse itinerário atabalhoado.

Em situações como esta, não está, evidentemente, em causa o direito de manifestação pacífica que assiste a qualquer um. Está em causa, sim, a protecção da integridade física das pessoas, a salvaguarda de bens materiais, a manutenção da ordem pública, a criação de condições para o normal funcionamento institucional programado.

Ao longo dos anos, a comunicação social tem mostrado que tais manifestações não têm nada de pacífico. E por vezes parece também fascinada pela brutalidade posta em prática pelos manifestantes. A provocação, a ameaça e a tentativa de agressão são de regra. Viu-se nos Estados Unidos, viu-se na Itália, viu-se na Alemanha, viu-se na Suíça... onde quer que se realize uma cimeira internacional com participações significativas, da NATO ao G20 e outras organizações, lá vem o turismo da violência extremista que não respeita nada nem ninguém e que apenas tem o objectivo de minar os fundamentos do Estado de direito e destruir pela raiz tudo o que lhe cheire ao mundo ocidental, para o efeito sumária e expeditivamente etiquetado de “norte-americano” e como tal diabolizado.

Basta ver essa gente na televisão. A alarvidade repugnante com que se apresenta, a vociferação enraivecida e vomitada em sucessivas golfadas de ódio, as notas características de certas marginalidades vadias e imprestáveis, dos penteados e das farrapadas exóticas às tatuagens e aos piercings de uma indescritível piolheira, tudo se mistura nesses bandos que surgem no seu folclore radical, de punho erguido a apregoar a ferocidade própria e a invectivar o mundo. É uma gente que não está a favor de nada, porque está apostada contra tudo e contra todos, e afinal se justifica apenas por essa recusa. Eles não são pacifistas nem são nada, a não ser uma tropa fandanga de desordeiros fundamentalistas. Não têm mais nada que fazer e podem dar-se ao luxo de viajar de avião, de andar de país em país, e de percorrer longas distâncias no seu nomadismo organizado, financiado e escandido a propósito das cimeiras internacionais.

Por isso se justifica exprimir uma preocupação muito séria quanto à cimeira da NATO em Lisboa. O que é que vai passar-se entre nós no dia 19? Estará a nossa polícia em condições de intervir eficazmente? Poderá impedir graves desacatos, agressões, destruições e prejuízos na zona da Expo 98 ou noutros pontos da cidade? Ou tem instruções superiores para contemporizar com o circo da piolheira em nome dos nossos brandos costumes? Esta pergunta também se justifica: se as coisas ficarem mal paradas, as nossas autoridades serão capazes de agir ou atrever-se-ão a reeditar as figuras deprimentes que fizeram ainda há poucos anos no caso do milho transgénico?

(\*) Professor Universitário, escritor, cronista



## Governo à deriva, PS atónito, Primeiro-Ministro em perda...

Luís Marques Mendes (\*)

No espaço de uma semana, o Ministro das Finanças desdobrou-se em várias declarações disparatadas – deu duas entrevistas contraditórias sobre a necessidade da intervenção do FMI, resolveu provocar a função pública com o anúncio de que os cortes salariais são definitivos e suscitou a ira dos empresários ao recomendar-lhes a moderação salarial que o sector privado, ao contrário do Estado, já fez há vários anos.

Na mesma semana, o Ministro dos Negócios Estrangeiros ocupou o espaço noticioso com declarações absurdas sobre a urgência de uma grande coligação, invadindo o espaço de competência do Primeiro-Ministro e suscitando críticas várias dentro do próprio partido. No mesmo lapso de tempo, o desbocado Ministro das Obras Públicas resolveu contrariar o que o Governo acordou com o PSD em matéria de reavaliação dos investimentos públicos, anunciando que o TGV vai avançar, com ou sem a reavaliação a que o Governo se comprometeu.

Nestes mesmos dias, perante as notícias preocupantes do agravamento do desemprego, a Ministra do Trabalho resolveu sair da sua clandestinidade, não para anunciar qualquer programa de estímulo ao emprego, mas para declarar que é normal e até esperado este aumento do número de desempregados. Ao mesmo tempo, vários dirigentes do PS resolveram vir publicamente apelar a uma remodelação do Governo, desafiando a autoridade do Primeiro-Ministro e a pacatez verbal que era habitual no partido do Governo.

Perante tudo isto pergunta-se: o que leva tantos responsáveis do Governo e do PS a falar demais e a dizer tantos disparates? O que explica tanto desvario e insensatez? O que conduz o poder instalado a afirmar-se, ele próprio, factor de instabilidade política? A resposta é demasiado óbvia – estamos em fim de ciclo. Sem obra para apresentar, incapaz de fazer face à crise e em queda brutal nas sondagens, está rapidamente a chegar ao fim o ciclo governativo do PS. Por isso, o Governo está à deriva e em desagregação, o partido atónito e desorientado e o Primeiro-Ministro em perda acelerada de liderança e autoridade. Em democracia, não há vitória que não termine em derrota. Estamos a aproximar-nos rapidamente do momento de aplicação desta regra política universal. Já foi assim com o PSD. Desta vez é com o PS. E quando assim é, nada há a fazer. Não há remodelações ou coligações que resolvam o que só o povo pode resolver. É apenas uma questão de tempo.

(\*) Jurista, antigo Presidente do PSD

## Parlamento e Conselho não chegam a acordo sobre Orçamento da União Europeia para 2011



O Parlamento Europeu e o Conselho não chegaram a acordo sobre o Orçamento da União Europeia para 2011, esgotando o prazo limite para o processo de conciliação, iniciado há 21 dias. Isto significa que a UE vai entrar no ano 2011 a governar-se por duodécimos.

Apesar do sinal negativo que a situação representa numa altura de crise económica, o Eurodeputado do PSD, José Manuel Fernandes, que é membro da Comissão dos Orçamentos e integrou o Comité de Conciliação, sublinha que este desacerto de posições ocorre numa fase de adaptação das instituições europeias ao Tratado de Lisboa e alerta para a necessidade dos países europeus superarem rapidamente as suas divisões.

“Não podemos adicionar à crise económica uma crise institucional. O Conselho tem de resolver rapidamente as suas divisões internas, que correspondem a um pequeno grupo de países que podem bloquear o avanço da Europa, e adaptar-se ao Tratado de Lisboa”, sustenta José Manuel Fernandes.

O Parlamento Europeu (PE) pretendia um aumento de cerca de 6% relativamente a 2010 para as despesas de pagamento: a Comissão propunha 130,135 milhões de euros, o PE pretendia 130,558 milhões de euros, e o Conselho ficava-se pelos 126,527 milhões de euros (que correspondem a um aumento de 2,91% relativamente a 2010). O PE cedeu neste ponto, concordando com o Conselho, dadas as restrições orçamentais dos Estados-Membros. No entanto, o Conselho não aceitou discutir a forma de envolvimento do PE na definição das próximas perspectivas financeiras e recursos próprios.

Além disso, e à semelhança do que existia antes do tratado de Lisboa, o PE pretende utilizar o instrumento de flexibilidade num valor próximo de 4000 milhões de euros (0,03% do RNB da União) para permitir que verbas de uma rubrica possam ser usadas noutra rubrica, com o objectivo de assegurar melhores condições de utilização das verbas disponíveis. Com a entrada em vigor do Tratado de Lisboa, o Conselho acordou que a utilização do instrumento de flexibilidade implica um acordo por unanimidade, quando antes do Tratado era por maioria qualificada.

O PE considera que o financiamento de projectos, como o ITER, o serviço exterior de acção externa, as autoridades de supervisão financeira e os apoios às PME, só tem condições para avançar com a utilização deste instrumento de flexibilidade.

Para o Eurodeputado José Manuel Fernandes – que integrou a delegação do Parlamento Europeu, em representação do PPE –, “esta situação surge num momento de crise e pode ser vista pelos cidadãos como um passo atrás. No entanto, espera-se que este passo sirva para a UE ganhar balanço e reforçar os mecanismos de coesão e capacidade de decisão e intervenção”.

“As instituições têm de se adaptar ao Tratado de Lisboa que, na questão orçamental, dá mais poderes ao PE e permite uma única leitura”, defende o Eurodeputado do PSD, salientando que um dos grandes problemas desta negociação ficou a dever-se à falta de mandato de alguns representantes dos Estados-Membros no Conselho, que se fizeram representar por embaixadores e acabaram por inviabilizar a negociação.

Face ao Tratado e dada a ausência de acordo, a Comissão Europeia deve apresentar, no mais curto espaço de tempo, uma nova proposta de orçamento. Depois disso, o Conselho tem um mês para tomar uma decisão. De seguida, o PE tem 42 dias para tomar posição. José Manuel Fernandes expressa a esperança de que “estes prazos máximos sejam reduzidos ao mínimo, para que as políticas da UE sejam executadas”. - Correspondente

**CONVOCATÓRIAS DO PSD**

Recepção  
Terça-feira até 12h00  
Para: Fax: 21 3973168  
email: convocatorias@psd.pt



**ABRANTES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Abrantes, para reunir no próximo dia 09 de Dezembro de 2010, (quinta-feira), pelas 21h00 na sede concelhia, sita na Rua de São Pedro, nº 12-1º, com a seguinte:

- Ordem de trabalhos
- 1 - Apoio da concelhia à candidatura do Prof. Cavaco Silva à Presidência da República
  - 2 - Análise da situação política concelhia

**BRAGA / DISTRITAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Braga, para reunir no próximo dia 06 de Dezembro de 2010, (segunda-feira) pelas 21h00 no auditório da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, sito na Avenida Dr. Carlos Bacelar, na cidade de Vila Nova de Famalicão, com a seguinte:

- Ordem de trabalhos
- Ponto Único - Revisão do Programa do Partido.

**ESTREMOZ**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Estremoz, para reunir, no próximo dia 18 de Dezembro de 2010, (sábado) pelas 14h30, na sede sita na Rua 5 de Outubro, nº 18 - 1º, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos:
- 1 - Relatório de actividades e orçamento para 2011
  - 2 - Assuntos diversos

**IDANHA-A-NOVA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Idanha-a-Nova, para reunir, no próximo dia 03 de Janeiro de 2011, (segunda-feira) pelas 19h00, na sede da Valente Rego Construções, Lda., sita no Km 11 da Estrada Nacional, nº 353, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos:
- Ponto único - Eleição Comissão Política de Secção
- Eleição da Mesa da Assembleia de Secção

Notas:

- As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24 horas do terceiro dia anterior ao do acto eleitoral

As urnas estão abertas entre as 19h00 horas e as 21h00.

**NAZARÉ**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Nazaré para reunir no próximo dia 18 de Dezembro de 2010 (Sábado), pelas 11h00 na Sede de Secção, sita no Edifício Gameiro, com a seguinte:

- Ordem de Trabalhos
- 1.- Informações
  - 2.- Análise e discussão da situação política
  - 3.- Eleições Presidenciais;

**SECÇÃO ORIENTAL / LISBOA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção Oriental de Lisboa, para reunir no próximo dia 14 de Dezembro de 2010, (terça-feira) pelas 21h30 na sede, sita na Rua Manuel dos Santos, lote 21 - cave, com a seguinte:

- Ordem de trabalhos
- 1 - Análise da situação política
  - 2 - Outros assuntos de interesse

**VIANA DO CASTELO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção De Viana do Castelo, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 15 de Dezembro de 2010, (quarta-feira) pelas 21h00 no Centro Social e Paroquial do Castelo do Neiva, em frente à Escola EB, 1,2, 3, em Sendim de Baixo, com a seguinte:

- Ordem de trabalhos
- 1 - Período antes da ordem do dia
  - 2 - Informações d a C.P.S.
  - 3 - Análise da situação política concelhia
  - 4 - Análise da situação política geral

**VILA DO CONDE**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Vila do Conde, para reunir no próximo dia 07 de Janeiro de 2011, (sexta-feira), pelas 21h30 na sede concelhia, sita na Praça da República, nº 7, com a seguinte:

- Ordem de trabalhos
- 1 - Acta da última reunião
  - 2 - Eleições presidenciais
  - 3 - Análise da situação política



**PONTE DE LIMA  
RECTIFICAÇÃO DO HORÁRIO DAS URNAS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da JSD/ Ponte de Lima, para reunirem no dia 4 de Dezembro de 2010, pelas 19 horas, na Sede Concelhia de Ponte de Lima, sita na Praceta Dr. Vieira de Araújo, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Ponto Único: Eleição da Mesa de Plenário e da Comissão Política de Secção.
- Notas: As urnas estarão abertas das 19h00 às 22 horas. As listas deverão ser entregues à Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente a possa substituir, até às 24 horas do 3.º dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD/Ponte de Lima, na morada supra citada.
- A Presidente da Mesa do Plenário  
(Clara Alexandra M. da Rocha)

**RIO DE MOURO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Rio de Mouro - Lisboa AM, para reunir no próximo dia 5 de Janeiro de 2011, (quarta-feira) pelas 19 horas, na Sede, sita na Rua das Malvas, lote c, n.º 12 - Loja Superior Esquerdo, em Rio de Mouro, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
  - 2 - Eleição da Comissão Política de Secção.
- Notas: As listas deverão ser entregues, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. As urnas estarão abertas das 19h00 às 22 horas. O Pres. da Mesa do Conselho Distrital de Lisboa da JSD (Ricardo Júlio Pinho)



**CONVITE**

O Instituto Francisco Sá Carneiro e o IDL - Instituto Amaro da Costa convidam V.Exa. para a sessão de homenagem  
"30 anos. 4 de Dezembro."

4 de Dezembro de 2010  
19 horas, Universidade Católica, Lisboa

*Carlos Carreiras*  
Presidente do Instituto Francisco Sá Carneiro

*Salvador Corrêa de Sá*  
Presidente do Instituto Amaro da Costa

Confirmações:  
geral@institutosacarneiro.pt | tel: 21 395 20 64 | fax: 21 396 58 34 (IFSC)  
fac-sec@mail.telepac.pt | tel: 21 346 14 49 (IDL)



INSTITUTO FRANCISCO SÁ CARNEIRO



INSTITUTO AMARO DA COSTA